

CN-SIFPM		MUNICIPIO DE MAIRIPORA - PODER EXECUTIVO		CONAM
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL RELATORIO DE GESTAO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SET/2010 a DEZ/2010				
RGF - ANEXO I (LRF,art.55, inciso I, alinea "a")				R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 Meses)			
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCES. (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	53.980.617,55	187.276,64		
Pessoal Ativo	53.551.168,36	100.000,00		
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.149,19			
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirizacao (art.18, par.1o.)	410.300,00	87.276,64		
DESPESAS NAO COMPUTADAS (paragrafo 1o. do art. 19, da LRF) (II)	116.218,60			
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria				
Decorrentes de Decisao Judicial	116.218,60			
Despesas de Exercicios Anteriores				
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados				
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	53.864.398,95	187.276,64		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		54.051.675,59		
APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		117.066.333,91		
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		46,17		
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 54,00 %		63.215.820,31		
LIMITE PRUDENCIAL (paragrafo unico do artigo 22 da LRF) - 51,30 %		60.055.029,29		

FONTE:

Nota: Durante o exercicio, somente as despesas liquidadas sao consideradas executadas. No encerramento do exercicio, as despesas nao liquidadas inscritas em Restos a Pagar nao processados sao tambem consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparencia, as despesas executadas estao segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou servico, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas nao liquidadas, inscritas em Restos a Pagar nao processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercicio, por forca do inciso II do artigo 35 da Lei 4.320/64.

Notas complementares: